

CATLOG LOGÍSTICA DE TRANSPORTES S.A.

CNPJ 02.096.806/0001-50

Comentário da Administração

A Companhia foi responsável pela prestação de serviços logísticos para um grupo de montadoras até 2014, ano que perdeu seu único contrato, mantendo-se inativa desde então. Em Setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Compra e Venda para a aquisição de 51% das ações da Companhia que pertenciam à Compagnie d'Affretment et de Transport – CAT pela Tegma Gestão Logística S.A. Após a transação, a Tegma passou a deter 100% das ações da Catlog. Com essa aquisição societária da Companhia pela Tegma Gestão Logística S.A., a Administração da Companhia deliberou para o retorno das atividades de transporte. Para tanto, a partir de janeiro de 2023, a Companhia passou a operacionalizar um importante contrato da Tegma Gestão Logística S.A. referente ao

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais							
ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
Ativo circulante				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	453	894	Passivo circulante			
Impostos a recuperar	6	8.650	109	Tributos a recolher		289	177
Demais contas a receber	1	2	663	Salários e encargos sociais a pagar		8	13
		9.104	1.005	Demais contas a pagar	7	4.854	663
						5.151	853
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Impostos a recuperar	6	15.341	8.049	Passivos fiscais diferidos	13	3.471	1.495
Depósitos judiciais		120	113	Provisão para demandas judiciais	8	457	463
		15.461	8.162			3.928	1.958
						9.079	2.811
				Patrimônio líquido	9		
				Capital social		1.295	1.295
				Reservas de lucros		14.191	5.061
						15.486	6.356
Total do ativo		24.565	9.167	Total do passivo e do patrimônio líquido		24.565	9.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Nota	Em milhares de reais					Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) acumulados		
Lucro líquido do exercício		1.295	-	-	458	837	
Destinação:							
Constituição de reservas	9	-	259	4.802	(5.061)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.295	259	4.802	-	6.356	
Lucro líquido do exercício					9.130	9.130	
Destinação:							
Constituição de reservas	9	-	-	9.130	(9.130)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.295	259	13.932	-	15.486	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Catlog Logística de Transportes S.A. ("Companhia"), com sede em São Bernardo do Campo – SP, anteriormente São José dos Pinhais - PR, tem por atividade a prestação de serviços de transporte de cargas, de preparação de veículos novos e usados, de logística de transporte de veículos e mercadorias em geral e de suporte ao comércio internacional. Em 30 de dezembro de 2014, foi celebrado o distrito do contrato de prestação de serviços logísticos da Companhia com os seus clientes Renault e Nissan. A Companhia não efetuou nenhuma transação de venda em 2022 e 2021, mantendo-se inativa durante este período. A Administração da Companhia vem mantendo um capital de giro positivo e cumprindo com os compromissos financeiros. Em 15 de setembro de 2022, a Tegma Gestão Logística S.A. adquiriu 51% na participação da empresa Catlog Logística de Transportes S.A., totalizando 100% da participação societária, desse modo a Compagnie D' Affretment et de Transport – CAT deixa de ser acionista. A aquisição das ações remanescentes da Catlog faz parte de um plano de simplificação societária e utilização de ativos. Para tanto, será realizada a transferência de contratos da operação de logística de veículos, que portanto, retomará suas operações. **1.2. Base para preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/1976 com alterações da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos das contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.2. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de as liquidar é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As despesas relativas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado líquidas de qualquer reembolso. **2.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço geral lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionada com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.4. Benefícios a empregados: (a) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.5. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **2.6. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **2.7. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão emitidas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações

Ativo	Nota	2022			2021		
		Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Recursos em banco e em caixa	5	1	1	Nível 1	1	1	Nível 1
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	5	452	452	Nível 2	893	893	Nível 2
		453	453		894	894	

Passivo	Nota	2022			2021		
		Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Demais contas a pagar	7	(4.854)	(4.854)	Nível 2	(663)	(663)	Nível 2

Administração: Nivaldo Tuba - Diretor-superintendente							
Ramón Perez Arias Filho - Diretor-administrativo-financeiro				Sandro Peixoto da Silva - Contador - CRC 1SP 245724/0-7			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis							
As Acionistas e Administradores da Catlog Logística de Transportes S.A. - São Bernardo do Campo - SP Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Catlog Logística de Transportes S.A. ("Companhia") , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catlog Logística de Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Chama-							

mos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 16 as demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia se encontra inativa desde 2014 após o distrito dos seus contratos de prestação de serviços logísticos. Desde então, todos os gastos da Companhia vêm sendo honrados com recursos próprios. Em 2022, a aquisição de 51% remanescente de participação na Companhia por parte da controladora Tegma Gestão Logística S.A., faz parte de um plano de simplificação societária e utilização de ativos com a retomada das operações da Companhia. Em janeiro de 2023, a Companhia incorporou a Tegma Logística de Veículos Ltda., como parte do referido plano. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadoras com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO BDO RSC Auditores Independentes S.Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1
Robinson Meira - Contador - CPF 1 SP 244496/0-5

transporte de veículos. Adicionalmente, no exercício de 2022, a Companhia reconheceu um crédito tributário em decorrência da apropriação dos créditos de PIS/COFINS referente à exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo (do período de agosto de 2003 a dezembro de 2014) no montante de R\$ 15,3 milhões entre principal e correção monetária. Assim, é com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Gestão da Catlog Logística de Transportes S.A., e as respectivas Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Comunicamos outrossim, que permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais				Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	10	(1.128)	(826)	Lucro líquido		9.130	5.519
Outras receitas operacionais, líquidas	11	5.817	4.281	Ajustes do resultado:			
Lucro operacional		4.689	3.455	Provisão para demandas judiciais	8	(7)	212
Resultado financeiro	12			Provisão para consultoria e assessoria		(896)	538
Receitas financeiras		6.733	3.737	Créditos de PIS	6 (i)	(1.608)	(784)
Despesas financeiras		(316)	(176)	Créditos de COFINS	6 (ii)	(7.579)	(3.613)
Lucro antes dos impostos		6.417	3.561	Atualização monetária de créditos de PIS	6 (i)	(964)	(651)
Imposto de renda e contribuição social	13			Atualização monetária de créditos de COFINS	6 (ii)	(5.190)	(3.001)
Corrente		-	(2)	Provisão para pagamento de antigo acionista	7 (ii)	2.883	-
Diferido		(1.976)	(1.495)	Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.976	1.495
		(1.976)	(1.497)			(11.385)	(5.804)
Lucro líquido		9.130	5.519				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Variáveis nos ativos e passivos:			
				Impostos a recuperar		(492)	(1)
				Demais contas a receber		1	-
				Partes relacionadas		-	(6)
				Depósitos judiciais		(7)	(77)
				Demais ativos		-	-
				Tributos a recolher		112	177
				Salários e encargos sociais		(5)	1
				Outras obrigações		2.204	85
						1.813	179

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais			
Lucro do exercício	2022	2021	
Resultado abrangente do exercício	9.130	5.519	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	9.130	5.519	

5. Caixa e equivalentes de caixa	
Recursos em banco e em caixa	1
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	452
	453

As aplicações financeiras estão representadas por Fundo de Reserva Fixa na categoria de operações compromissadas com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor e com remuneração média 99,00% em 31 de dezembro de 2022 (98,98% 31 de dezembro 2021 da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)).

6. Impostos a recuperar

	2022	2021
Impostos de renda sobre pessoa jurídica (IRPJ)	100	109
Programa de Integração Social (PIS) (i)	4.096	1.435
Contribuição financeira para o financiamento da seguridade social (COFINS) (ii)	19.795	6.614
	23.991	8.158

(i) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança, em agosto de 2020, com o intuito de ser reconhecido o direito de não incluir os valores de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) nas bases de cálculo de apuração do PIS e da COFINS, com efeitos retroativos aos cinco anos anteriores ao ingresso da respectiva ação. Em maio de 2020, houve o trânsito em julgado do processo favorável à Companhia, que permaneceu sem o devido registro devido as avaliações de utilização do crédito fiscal não estarem claramente definidas. Em dezembro de 2021, a Companhia, retomou os estudos de utilização do crédito dentro das premissas legais existentes, apurou um crédito de R\$ 8.049 (R\$ 784 de créditos de PIS, R\$ 3.613 de créditos de COFINS, R\$ 651 de atualização monetária dos créditos de PIS e R\$ 3.001 de atualização monetária dos créditos de COFINS) já atualizado pela taxa básica de juros da economia (SELIC), razão pela qual realizou o seu respectivo reconhecimento contábil. Adicionalmente e, por meio de um levantamento de documentos e cálculos, validados por uma consultoria externa, em dezembro de 2022 a Companhia registrou um crédito adicional de R\$ 15.341, sendo R\$ 9.187 de principal e R\$ 6.154 de atualização monetária, esse montante decorre da diferença entre a metodologia da exclusão do ICMS "destacado" e "efetivamente pago". Para a utilização destes créditos, estudos para a retomada de suas atividades operacionais estão em fase avançada. Os valores de impostos a recuperar são provenientes do crédito negado do Imposto de Renda. Esses valores decorrem de retenções do imposto realizada por terceiros em aplicações financeiras realizadas pela Companhia. Em razão da Companhia não possuir débitos tributários para compensar esse saldo negativo, ela realiza o pedido de restituição desses valores junto à Receita Federal para cada ano calendário em que existe esse saldo.

	2022	2021
Honorários advocatícios (i)	1.433	639
Outros (ii)	3.421	25
	4.854	664

(i) Montante referente ao honorários dos assessores jurídicos que patrocinam a causa cujo objeto era a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS, conforme nota explicativa nº 6 (i). (ii) Contém montante de R\$ 2.833 referente a provisão de pagamento para antigos acionistas.

6. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizam, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.650 (R\$ 1.814 em 31 de dezembro de 2021), e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos. As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	120	113	(121)	(326)
Tributárias	-	-	(328)	(127)
	120	113	(457)	(453)

Em dezembro de 2022, as demandas judiciais por classificação de risco podem ser assim apresentadas: (a) Perda provável - R\$ 457 (R\$ 463 em 2021); (b) Perda possível - R\$ 284 (R\$ 105 em 2021); e (c) Perda remota - R\$ 909 (R\$ 1.246 em 2021). Abaixo segue a movimentação da provisão para o período de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	(463)	(657)
Constituição	7	(212)
Baixa por depósito judicial	-	218
Pagamento	(1)	188
Saldo em 31 de dezembro	(457)	(453)

9. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social está representado por R\$ 1.295 em dezembro de 2022 (R\$ 1.295 em dezembro de 2021), representado em 2.950.405 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2019, foi aprovada redução de capital social da Companhia no montante de: R\$ 653, por incluir o excesso para a consecução do objeto social da Companhia. **(b) Reserva legal e de lucros a realizar:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do lucro remanescente de lucros acumulados, após a dedução dos dividendos mínimos obrigatórios. Com conformidade com o disposto no Artigo 197, § 1º, item II da Lei 6.404 (Lei das Sociedades por Ações) de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração propôs em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do resultado do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS conforme nota explicativa nº 6 (i). Na proposta está descrita que a distribuição obrigatória relativa a esta operação serão pagos a medida em que os créditos reconhecidos forem utilizados. Em 31 de dezembro de 2021 houve absorção do prejuízo. **(c) Dividendos:** O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 50% do saldo, após a apropriação das reservas legais, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", quando deliberados pelo Conselho de Administração. O cálculo dos dividendos referente aos exercícios de 2022 e 2021 é assim demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.130	5.519
Constituição de reserva legal	-	(259)
Absorção de prejuízos anteriores	-	(458)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(9.130)	(4.802)
Base de cálculo para pagamento de dividendos	-	-

10. Despesas gerais e administrativas	
Salários	(28)
Serviços terceirizados (i)	(1.016)
Encargos sociais	(7)
Benefícios a empregados	(25)
Utilidades	(25)
Outros gastos gerais	(24)
Maintenance	(3)
	(1.128)

(i) Inclui em 2022 montante de R\$ 896 de honorários advocatícios relacionados ao reconhecimento de créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS conforme nota explicativa nº 6 (i).

11. Outras receitas operacionais, líquidas			
	Nota	2022	2021
Créditos de PIS	6 (i)	1.608	784
Créditos de COFINS	6 (ii)	7.579	3.613
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas		7	(116)
Outros (i)	7 (ii)	(3.377)	-
		5.817	4.281

bilidade das estimativas contá